

# NA TORRE DOS SINOS DO MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA: UM TESOURO DE MOEDAS MEDIEVAIS E DOIS DESENHOS QUINHENTISTAS

CÁTIA TELES E MARQUES

Instituto de História da Arte, FCSH/UNL

Bolsa de Doutoramento da FCT

(SFRH/BD/45995/2008)

<sup>1</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo – Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Pasta de documentos 19, adiante designado por ANTT – MSCC, PD 19. É um manuscrito de papel, com 31,5 × 21,5cm, coligindo diversos documentos datados de 1540 a 1550. O maço é catalogado por um resumo do processo, com algumas imprecisões, no verso do último fôlio: «1539 Papéis tocantes ao Tesouro que achou Aleixo de Figueiredo criado deste mosteiro, e familiar do Colégio de Todos os Santos [...]». À excepção dos dois primeiros fôlios rasgados, o seu estado de conservação é bom. Tem 113 folhas não numeradas agrupadas em diversos cadernos, escritas por diversas mãos, estando as folhas 20, 21, 25, 36, 38, 40, 59, 60, 105 em branco. Nas transcrições feitas, é actualizada a ortografia e feito o desdobramento das abreviaturas (quando inequívocas), respeita-se a pontuação original e as maiúsculas conforme o original (excepto nos nomes próprios), e não se dá indicação de linha finda.

<sup>2</sup> Os colégios de S. Miguel e de Todos os Santos abriram os estudos gerais ao público em 1534/1535, conhecendo-se os registos de matrícula dos alunos, cujas listagens foram publicadas e estudadas (Santos 1973). Aleixo de Figueiredo

1539. Este foi um ano central na história do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, com o encerramento do capítulo da reforma de Fr. Brás de Barros e a instituição da nova Congregação dos Cônegos Regulares de Santa Cruz. Ano da eleição do primeiro prior geral e sua nomeação para o cargo honorífico de Chanceler da Universidade, 1539 reservaria, ainda, um outro importante acontecimento que reverteu num litígio judicial envolvendo o mosteiro, o rei e uma representante das principais casas nobiliárquicas de Portugal. O processo é documentado por um manuscrito do mosteiro de Santa Cruz, actualmente à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>1</sup>. Este maço de documentos, constitui a fonte principal para o estudo que agora apresentamos.

Regressando a 1539, em Agosto desse ano foi, de facto, descoberto um tesouro em Coimbra, cuja assinalável soma, inicialmente avaliada em trinta mil cruzados, justificaria a cupidez das três partes envolvidas e ainda uma outra, a do achador de nome Aleixo de Figueiredo. Filho de Nuno Borges e Isabel de Figueiredo, Aleixo foi para o mosteiro de Santa Cruz por volta de 1523, partindo depois para Quiaios, para servir seu tio, o cônego Pero de Figueiredo, cura e capelão da igreja local. De criado do mosteiro passou a familiar do Colégio de Todos os Santos, habitando dentro dos limites da cerca conventual, envergando a loba e capelo pardos e estudando gramática e latim durante os quatro anos que decorreram entre o seu ingresso e o achado do tesouro<sup>2</sup>.

Este jovem adulto, na casa dos vinte anos mas parecendo mais velho pela «sua grande barba e aspecto e severidade», foi o responsável pelo achado. Se dele fez segredo em Coimbra, cedo começou a dar largas à recém conquistada riqueza, emprestando dinheiro a amigos e familiares e adquirindo uma herdade

no termo de Évora por 540 mil reis. Sendo «filho de homem tão pobre, e ele tão pobre que não tinha mais que quanto o mosteiro lhe dava» (ANTT – MSCC, PD 19, fl. 97), o novo erário ter-lhe-á garantido o acesso imediato a um bom casamento, com Andreza Henriques, filha do fidalgo Henrique da Veiga, senhor das honras de Molelos e Botalho no concelho de Besteiros<sup>3</sup>. Mas, os avultados gastos chegariam aos ouvidos do rei e, algum tempo depois, Aleixo era encarcerado na cadeia do Limoeiro em Lisboa, apontado como réu por «furto e crime cometido ex dolo e fraude» num julgamento complexo. Nele se defende, alegando que achara o tesouro na torre dos sinos do mosteiro e que o levava por desconhecimento da lei. À data do achado, era ele menor de 25 anos, logo inimputável, sendo-lhe de direito a liberdade e a metade do tesouro, como determinava a tradição: «em alguns lugares de Portugal onde se acharão tesouros antigos sempre o costume do Reino de tempo que a memória dos homens não é em contrário os tais tesouros foram dos achadores sem contenda» (ANTT – MSCC, PD 19, fl. 15v).

Os Crúzios, pela sua parte, argumentaram que o réu era, à altura, criado e colegial do mosteiro, contestando a sua menoridade, e que o tesouro fora achado dentro da cerca de Santa Cruz mais propriamente na torre dos sinos, factos corroborados pelo testemunho de Aleixo de Figueiredo. Neste sentido, parecia evidente pertencer-lhes o tesouro, mas, a demonstração do seu direito esteve longe de ser fácil, ao disputá-lo com o monarca.

As alegações do réu e do mosteiro foram, pois, rebatidas pelos procuradores de D. João III, tentando encontrar contradições no testemunho de Aleixo por exaustivos inquéritos e provar a impossibilidade da descoberta do tesouro na torre do mosteiro com uma escrupulosa vistoria realizada por uma junta de agentes da justiça e pedreiros<sup>4</sup>. Além do mais, o objectivo central era provar que o achado ocorrera num muro da cidade na vicinidade de Santa Cruz, fora dos limites da sua cerca, legitimando de imediato o rei como proprietário de direito.

A quarta parte requerente era representada pela infanta D. Isabel, filha de D. Jaime e irmã de D. Teodósio, duques de Bragança, que casara em 1537 com o infante D. Duarte de Portugal, filho de D. Manuel I, enviuvando três anos depois. Uma vez que o Infante, à data da descoberta, era prior comendatário do mosteiro<sup>5</sup> e as dependências da torre eram, originalmente, habitação dos priores, a duquesa de Bragança reclama o tesouro em nome dos filhos como legítimos herdeiros de D. Duarte. A estes argumentos contrapôs o mosteiro razões de peso: D. Duarte era apenas comendador perpétuo, usufruindo das rendas mas sem poder administrativo sobre o mosteiro – até por ser casado –, cessando o seu direito com a morte<sup>6</sup>.

Amplamente documentado pelo mosteiro de Santa Cruz, o processo da disputa reúne um rico manancial de informações, dentre as quais se procurará aqui salientar as mais relevantes para a História da Arte, centrando a atenção no tesouro e na antiga torre dos sinos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

ingressou logo no ano inaugural, entre os 86 primeiros alunos, registado como «Aleixo filho de Nuno Borges morador em Besteiros a doze dias de Junho» (Santos 1973, 26). Nas alegações do mosteiro, refere-se que Aleixo era, em 1539, «já gramático e lógico, e ouvia de filosofia» (ANTT – MSCC, PD 19, fl. 39v).

<sup>3</sup> Morais 1943, 205. Na relação que foi feita do dinheiro, ficamos a saber que Henrique da Veiga custodiava mais de dois contos de reis em moedas do tesouro. ANTT – MSCC, PD 19, fl. 70.

<sup>4</sup> A junta reuniu o desembargador Francisco de Mariz, o juiz Bartolomeu Bernardes, o alcaide Afonso Álvares, o meirinho Gaspar Dias, o tabelião Pero Feio, e os pedreiros Jerónimo Vaz e Gaspar da Costa, moradores em Coimbra. Realizada a 18/9/1542, o auto da vistoria seria firmado a 22/2/1543. ANTT – MSCC, PD 19, fls. 73-78v. O mosteiro, em face das conclusões da inspecção, colocaria uma acção contra Bartolomeu Bernardes e Francisco de Mariz por má-fé. *Idem*, fls. 79v-82.

<sup>5</sup> O infante D. Duarte foi prior comendatário do mosteiro de Santa Cruz de 1539 a 1540, o primeiro e único secular a usufruir de tal cargo. Finando-se em Outubro de 1540, aos 25 anos, a comenda seria transferida para D. Duarte, filho de D. João III, que faleceria, por seu turno, em 1543, com ele se extinguindo o priorado-mor.

<sup>6</sup> Mais se defende, «E porque em a dita igreja e mosteiro e em todas cousas dele assim espirituais como temporais das portas adentro o prior crasteiro e convento tem toda administração, jurisdição, mando, governo e superioridade, a eles pertence o dito tesouro e administração dele, e não aos priores maiores, nem comendatários, que das ditas portas adentro em nenhuma cousa tem espiritual ou temporal administração, jurisdição, mando nem superioridade». A destituição de poder dos priores-mores perpétuos datava do tempo do priorado de D. Henrique (1527-37), que renunciara nos priores crasteiros a jurisdição, governo e administração dos assuntos do mosteiro. ANTT – MSCC, PD 19, fl. 26.

<sup>7</sup> BPMP – Ms. 175, fls. 382v-384v. O documento a que nos referimos foi transcrito e publicado por duas vezes: *Dinheiro...* 1842, 53-54; *Actas...* 1946, 173-176.

<sup>8</sup> D. Vicente esclarece que os «letreiros foram em Lisboa tornados em nossa língua portuguesa por pessoas que bem sabiam a língua mourisca». Citamos apenas a legenda da face, importante para a sua classificação: Cercadura, repetida nos quatro lados: «Não há vencedor senão Deus». Quadrado inscrito: «Homir escravo de Deus Hia-cef filho de Ormir das mouras filho de Esmael filho de Noohe a quem Deus enderence e faça bem aventurado».

<sup>9</sup> Vives 1893, LXXXV.

<sup>10</sup> Agradecemos ao Dr. João Pedro Vieira, historiador e técnico do Museu do Banco de Portugal, esta identificação, bem como ao Senhor Director Dr. António Gil Matos, pela disponibilização dos serviços do Museu para esta investigação.

<sup>11</sup> O cartorário crúzio refere-se ainda a moedas do tempo do rei Pepino I, o Breve (751-768) (BPMP – Ms. 175, fl. 384). Em todo o processo do tesouro (ANTT – MSCC, PD 19) não se encontra qualquer indicação a este reinado nas descrições dos numismas achados, mas apenas a referência à identificação da legenda relativa a um dos Filipes.

<sup>12</sup> Considerando que as moedas referentes aos reinados de Filipe I (1060-1108) e Filipe II (1180-1223) têm por legenda apenas “PHILIPPVS REX”, e no reinado de Filipe III (1270-1285) não se emitiu moeda de ouro. Já as de Filipe V (1316-1322) são difíceis de individualizar por comparação com as do reinado anterior ou dos seus homónimos (Grierson 1976; Engel; Serrure 1964).

## O tesouro de moedas

Pelas relações do processo e posteriores relatos da descoberta ficamos a conhecer o conteúdo deste afamado tesouro. Se se mencionam pontualmente «alguns pedaços de ouro e de prata que pareciam ser de cruces e turíbulos desfeitos», o grosso era sobretudo constituído por uma copiosa quantidade de moedas de ouro antigas «mouriscas, e parte francesas» (ANTT – MSCC, PD 19, fls. 5, 32), valendo cada uma cerca de quinhentos reis.

As moedas “mouriscas”, também designadas «dobras zainas», foram descritas com detalhe pelo cartorário crúzio D. Vicente, nas suas memórias (c. 1545)<sup>7</sup>. Dados sobre diâmetro e valores e uma reprodução esquemática em desenho identificam-nas de imediato como dobras (Ø 32mm; 520 rs) e meias-dobras (210 rs), mas é a transcrição da legendagem<sup>8</sup> que melhor serve a sua catalogação, cronologicamente do Reino de Granada (1237-1492). Uma vez que as tipologias e o sistema monetários nasridas seguiram os introduzidos pelos almôadas – continuando a usar-se o *quadratus in auro* idêntico na forma ao desenho que D. Vicente reproduz (Fig. 1) – é a divisa «Não há vencedor senão Deus», repetida nas legendas marginais, que esclarece e confirma a sua origem, dado constituir o mote dinástico nasrida, inscrito em todas as moedas de ouro do emirado<sup>9</sup> e perpetuado pelos estuques do Alhambra. A genealogia dinástica e titulatura emiral designadas são outros elementos fundamentais para a classificação das dobras do tesouro e, nesse aspecto, a transcrição fornecida pelo cartorário agostinho remete a cunhagem desse espécime para o emirado de Yusuf I (1333-1354)<sup>10</sup>.

A maior parte do tesouro reunia, segundo D. Vicente, moedas cunhadas com as armas dos reis de França e a inscrição «Phillippus gratia dei Rex francorum»<sup>11</sup>. Apesar de parca, a descrição remete estas peças monetárias para os reinados de Filipe IV (1285-1304) e Filipe VI e (1328-1350), durante os quais se emitiram numismas de ouro com inscrições desse teor e onde figuram o rei entronizado de um lado e a cruz flor-de-lisada do outro<sup>12</sup>.

Nas alegações do processo do tesouro, a datação das moedas é, contudo, recuada aos séculos XII e XIII, tentando o procurador dos feitos de D. João III provar serem

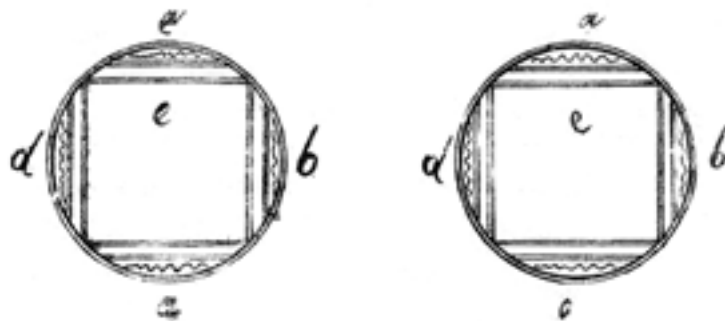
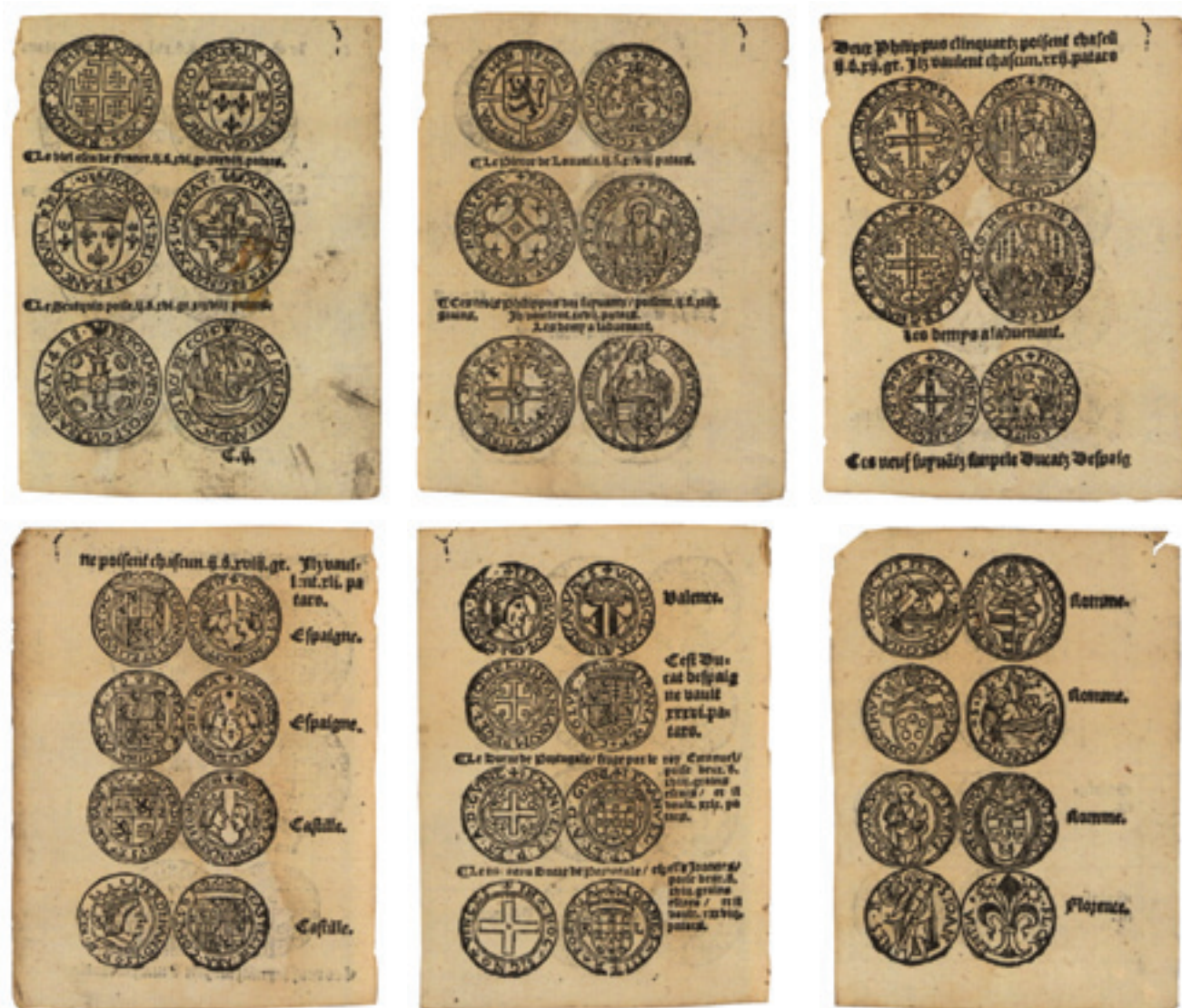


Fig. 1 – Reprodução do desenho das dobras nasridas feito por D. Vicente [in *Dinheiro...* 1842].

anteriores à fundação de Santa Cruz e reclamando o mosteiro a sua posteridade<sup>13</sup>. Para este efeito, os Cônegos anexam ao processo um documento que importa destacar pelo seu positivo interesse: um caderninho impresso de 16 páginas ilustradas a xilogravura<sup>14</sup>, onde em cada uma se representam três a quatro moedas, frente e verso, perfazendo 55 ao todo (Figs. 2 a 7). A primeira e a terceira páginas são numeradas com “C” e “C.ij.”, donde se depreende tratar-se apenas de parte de uma obra maior. As imagens são identificadas por legendas em francês e por elas se catalogam numismas dos séculos xv e xvi de diferentes estados europeus,

<sup>13</sup> ANTT – MSCC, PD 19, fls. 11, 32-32v.

<sup>14</sup> O caderno encontra-se entre os fls. 110v e 111, com as dimensões 10,6 × 8cm.



Figs. 2 a 7 – Alguns dos fôlios do caderno de Ordenações, onde se ilustram espécimes monetários dos séculos xv-xvi em circulação na Europa, c. 1537-1547 (ANTT – MSCC, PD 19; imagens cedidas pelo ANTT).

<sup>15</sup> A ilustração do cruzado de D. João III de Portugal, por exemplo, determina serem ordenações posteriores a 1537, ano em que foi cunhado (Aragão 1964, I: 267). Por sua vez, as características tipográficas (letra gótica e numeração romana) e sistema de valores (patards) são arcaicas quando comparadas com as *Ordonnances du roy et de sa Covrt des monnoyes, contenât le pris & poix* publicadas sob o reinado de Henrique II e de que se conhecem exemplares de 1549 em diante. Nestas os valores são indicados em dinheiros ou soldos torneses e a letra é já a humanista. Agradecemos ao Dr. João Pedro Vieira a chamada de atenção para estas particularidades.

<sup>16</sup> Está fora do alcance deste estudo precisar as origens incertas desta construção fortificada, que constituem uma equação complexa relacionada com a história urbana mais recuada de Coimbra, de resto tratada recentemente por Walter Rossa (Rossa 2001) e Jorge de Alarcão (Alarcão 2008), mas que, neste particular, carece de dados mais precisos. Destacamos, sobretudo, o último estudo pela profunda análise que merece a urbanização da Ribela e de Montarroio e pelas propostas de contextualização da torre.

<sup>17</sup> *Descripçam...* 1957, 13.

<sup>18</sup> «[...] a torre [...] junto da qual estão hoje todas as oficinas . forno . celeiro . adega . etc.» (BPMP – Santa Cruz 15B, 272v). «Ao pé da torre dos sinos. uma casa grande em que está o forno com sua chaminé e assentos para os tabuleiros e a lenha para o dito forno, e junto dela no mesmo andar outra casa para a amassar com um portal de pedra para serventia dela para a casa do forno com duas frestas ferradas com seus poiais lajeados em que estão os alquidares e uma fornalha com uma caldeira em que aquecem a água» (BPMP – Ms. 175; excerto documental também publicado em *Actas...* 1946, 171; e Dias 1982, 153). Perto das torres ficava ainda a antiga Sala dos Prelados (a Oeste) e a capela de S. Vicente, esta última destruída no tempo das reformas joaninas, para dar lugar às escadas de acesso à torre e a parte das canalizações da água, de que terá restado um fresco observado após a demolição de

com os respectivos pesos e valor pecuniário. Trata-se, pois, de um raro “catálogo” numismático de meados do século XVI, que terá servido para avaliação aproximada do valor das peças encontradas. A partir do reinado de Henrique II de França (1547-1559), e sobretudo com a instituição da Cour des Monnoyes, foi costume a publicação manuais de câmbio, de formato reduzido, para controlo das moedas em circulação na Europa, com ilustrações e indicação do seu peso e valor. O caderno apresentado por Santa Cruz de Coimbra será, é certo, uma obra desse cariz, talvez originária de uma ordenação do reinado anterior, de Francisco I (1515-1547)<sup>15</sup>. Reunindo milhares de moedas “mouriscas” e francesas e alguns pedaços de ouro, o tesouro terá sido zelosamente arrecadado na torre do mosteiro crúzio em data posterior à primeira metade de Trezentos. Apesar da grande riqueza que representava, se considerarmos a avaliação feita em trinta mil cruzados, a sua origem e pertença eram uma incógnita já na altura em que foi descoberto. Ao que parece, a ideia de um tesouro era antiga na cidade, pois «de tempo imemorial sempre se disse e foi fama e comum opinião que na cidade de Coimbra estava um muito grande tesouro soterrado e escondido ficando sempre esta fama e opinião nas gentes» (ANTT – MSCC, PD 19, fls. 10v-11).

## A torre dos sinos

O edifício central na contenda era a torre de Santa Cruz situada a norte do mosteiro na encosta de Montarroio frente à Ribela<sup>16</sup> (Fig. 8). Esta torre integrava, na verdade, um conjunto acastelado de edifícios rematado por ameias, descrito por D. Francisco de Mendanha como «três torres de canto talhado, tão fortes», erguidas a 24 metros (120 palmos) de altura e com paredes de 2,8 metros (14 palmos) de largura<sup>17</sup>. A imagem que retemos das torres é a de um abrigo poderoso, erguido por paredes de silharia grossas autoportantes, um número reduzido de aberturas (algumas frestas e janelas de arco de volta perfeita), e a entrada feita, como era habitual, pelo primeiro piso, a partir de uma escada. O complexo fortificado deve ter crescido de forma orgânica, entre os séculos XII e XIII, não obedecendo a uma mesma campanha construtiva. Junto dele foram-se dispendo outras estruturas, pelas quais se distribuíram, até ao final do século XVI, diversas oficinas do mosteiro<sup>18</sup>. A expansão do conjunto edificado resultou da natural diversificação das necessidades e da complexificação da vida do cenóbio após a estabilização da comunidade e a pacificação das fronteiras.

Interessa-nos, em particular, a torre situada a norte, voltada para a rua de Montarroio mas sem acesso pelo exterior da cerca. Sabe-se ter sido provida de água, canalizada da Ribela por um aqueduto e recolhida num «tanque onde caía a que fora por um cano de pedra que ainda hoje se vê no meio das torres»<sup>19</sup>. Esta valência tornava-a especialmente adequada à habitação dos priores mores que aí tiveram os seus aposentos. A antiga casa do prior é, aliás, ainda evocada por D. Nicolau



Fig. 8 – A antiga torre dos sinos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

de Santa Maria, embora no século XVII tivesse sido construída uma nova do lado nascente das torres. Mas, o cronista não deixou de lembrar que na «mesma torre dos sinos foi também uma das antigas, na qual havia casas muito formosas, em que moravam os Priores mores antigamente» (Santa Maria 1668, II: 36).

No processo do tesouro, a localização da residência dos priores na torre é referida, em particular, pelo procurador de D. Isabel de Bragança, a quem interessava provar serem aí os aposentos destinados ao infante D. Duarte: «soía ser aposentamentos dos prelados e priores do dito mosteiro . e nela pousavam e tinham sua habitação por onde é de crer que o dito dinheiro foi ali posto e metido por algum dos prelados e priores passados, pelo que não há dúvida ao prelado e sucessor na dita prelazia pertença o dito dinheiro» (ANTT – MSCC, PD 19, fl. 8v).

Sabemos que, no primeiro quartel do século XVI, o aposentamento dos prelados na torre medieval estaria comprometido pelo estado de ruína do edifício, como o prova a preocupação ao tempo de D. Manuel com o madeiramento e telhamento da «torre grande do aposentamento dos priores porque está apontada para cair», mas as obras só progrediriam a mando de D. João III, a partir de 1522, permitindo preservar o seu interior<sup>20</sup>.

A torre fortificada de Santa Cruz, conjugando a residência dos prelados, celeiro, «casa dos papéis e armas»<sup>21</sup>, apresenta semelhanças tipológicas evidentes com

1935 e reconstituído em desenho. Ms. 175, fls. 537, 383v-384. Gonçalves 1980. Alarcão 2008, 170, fig. 60.

<sup>19</sup> «Item a dita torre está dentro em o circuito do mosteiro e não tem nenhuma serventia para fora, mas toda se serve por dentro do mosteiro» (ANTT – MSCC, PD 19, fl. 96). Sobre a serventia de água: BPMP – Ms. 175, 125-125v; Santa Cruz 15B, fl. 272v.

<sup>20</sup> *O mosteiro...* 1914, 33 e 42.

<sup>21</sup> «Item que em a dita torre estão muitas casas, umas servem de celeiro, outras de sal, outras servem de sinos e Relógio | Em outras pousam servidores em outras estão armas | em outras alguns papéis e livros que pertencem ao mosteiro, e outras servem de outras necessidades | Item é de notar que a dita torre esta aberta comum a todos, excepto que o celeiro e a casa dos papéis e armas estão muito bem fechadas e a casa em que se achou o dito tesouro estava pregada ao tempo que o inventor levou o dito tesouro.» (ANTT – MSCC, PD 19, fl. 96).

<sup>22</sup> Chicó 1968, 25. Azevedo 1969. Silva 2003.

<sup>23</sup> Gonçalves 1980. *Diário de Coimbra* 1935. Numa notícia de 1933 sobre a «Restauração dos monumentos de Coimbra» (*Arte e Arqueologia* Ano II, 3: 67) lê-se: “A torre de Santa Cruz, após o incêndio ateadado num depósito de palha que abrigava, entrou na ordem de trabalhos e foi já desentulhada dos materiais estranhos, pensando-se em apear a torre dos sinos e consolidar o monumento medieval que a envolve. A direcção destes trabalhos foi entregue ao dedicado e inteligente Director dos Monumentos do Norte, o arquitecto Baltasar de Castro, o mais vigoroso, enérgico, consciente e sabedor elementos de que a Direcção Geral dispõe, e a quem se devem as restaurações dos monumentos de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, e no sul, a de Alcobaça”. Após a demolição, a área ficaria entaipada mais de 50 anos, até à construção do escadório. Do entulho, seriam requisitado 500 m<sup>3</sup> de pedra, logo em 1935, para a construção do parque temático Portugal dos Pequenitos (IHRU – SIPA, PT020603170004, DSARH-010/079-0055), onde a torre teve reprodução miniatural, inclusivamente com os seus relógios mecânico e de sol desenhados, com base nos originais, por Cassiano Branco (Arquivo Municipal de Lisboa/Núcleo Histórico – Espólio do Arquitecto Cassiano Branco – Portugal dos Pequenitos / Casa de Coimbra, cota antiga: III – C. 11).

as casas-torre feudais medievais, reproduzindo a primeira tipologia das torres de menagem: planta quadrada, dominada por merlões, com dois ou três pisos pavimentados de «sobrado» e o celeiro no piso inferior<sup>22</sup>. Não deixa de ser interessante ponderar se, para além de funções militares defensivas, poderá ter alcançado, em determinado momento, o estatuto de marco simbólico afirmando um potentado privado: o do Isento de Santa Cruz, prestando contas directamente ao Papa. Tal como as casas-torre da nobreza, a torre dos prelados de Santa Cruz ergueu-se, massiva e imponente, na paisagem urbana de Coimbra, assim perdurando até ao século xx. E, no entanto, estranhamente, a conhecida vista da cidade de Coimbra tirada por G. Hoefnagel para ilustração da obra de G. Braunio em 1572 não a representa...

Notável marco urbano da cidade, o conjunto fortificado do mosteiro crúzio ficou para a memória apenas pelos desenhos, gravuras e fotografias que o registaram entre os séculos xix e xx, dado ter sido demolido a 3 de Janeiro de 1935, por estar em risco de derrocada iminente em virtude de infiltrações e cedência do terreno. Em 1894, já se notara a sua fragilidade com a conseqüente publicação de notícias e avisos na imprensa, cessando-se a actividade do campanário que o rematava. Após um incêndio em 1933, o monumento foi entregue à Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, mas nenhuma medida foi tomada, a não ser a lamentável ideia de provocar a sua queda, que arrastaria consigo parte das construções que a ladeavam<sup>23</sup> (Figs. 9-11).

A iconografia mostra bem a imponência destas torres, ladeadas pelos edifícios seiscentistas do celeiro, a poente, e a oriente pelas novas residência do prior e enfermaria. A torre do lado da Ribela marcava presença pelo monumental campanário



Figs. 9 e 10 – Demolição da torre a 3 de Janeiro de 1935.



Fig. 11 – Escadório construído em 1986 na actual rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, no lugar da derrocada da torre.

barroco, edificado após o terramoto de 1755<sup>24</sup>. De forma e arquitectura “severas e bem concebidas”, na apreciação de Albrecht Haupt (Haupt 1986, 218), este campanário substituiu um mais antigo, quinhentista, localizado na torre do lado de Montarroio. De facto, só em 1530, os sinos seriam aqui instalados, transitando da torre da Madalena, próxima da Porta Nova da cidade.

Na relação das obras de D. João III, publicada por Mário Brandão, encontramos referência ao acrescentamento da torre de Montarroio feito para alojar os sinos. Sobre a nossa torre passou então a erguer-se um campanário de cerca de seis metros de altura, com nove arcos sobre os quais corria uma cimalha, «e os arcos têm todos ao redor bocel que sai fora da parede, e suas represas em baixo» (*Actas...* 1946, 172). Nove arcos para os nove sinos – cinco maiores e quatro menores – «feitos por tal arte que uns são triples, outros tenores, outros contrabaixos, outros contraltos, e alguns parece que têm duas vozes em modo que todos juntos tocados têm um não sei quê, que se são dias ou novas de aflição dobram o nojo, se de prazer o prazer» (*Descripçam...* 1957, 13v). Sabíamos, pela relação citada, que a obra custara cento e noventa mil reis, mas recentes investigações clarificaram que a soma foi paga ao arquitecto Diogo de Castilho que a fez<sup>25</sup>.

A vista de Coimbra de Pier Maria Baldi (1668-1669) será, talvez, o único testemunho gráfico onde podemos escrutinar uma pálida imagem desta obra de Castilho (Fig. 12). A torre dos sinos é representada por detrás da igreja de Santa Cruz, ao lado de um torreão mais baixo e merlado. No topo do corpo regular da torre, visto do lado sul, rasgam-se cinco arcos de volta perfeita, destinados aos sinos. Distingue-

<sup>24</sup> Edificada após um reforço estrutural da construção medievla, na altura fragilizada com o abalo sísmico, de acordo com uma descrição de 1758: “Tem mais duas torres de cantaria e de igual grandeza e antiguidade, que ficarão dentro do Real Mosteiro de Santa Cruz; uma das quais por ameaçar ruína com o memorando terramoto do 1.º de Novembro de 1755 se tem reparado, e no interior dela se edificou nova torre que se acha quase concluída, cuja obra se dirige ao fim de nela se collocarem os sinos, que por ora se acham na torre contígua.” (Pacheco 1938-1939, : 291).

<sup>25</sup> «E nesta conta não entram os cento e noventa mil reais que haverá de haver pelo acrescentamento da torre dos sinos que fez [...]». Relação dos pagamentos feitos a Diogo de Castilho no ano de 1530 pelas obras efectuadas por contrato com o mosteiro de Santa Cruz – Carta do rei para Vasco Ribeiro. A.U.C.: *Feito em que o mosteiro de Santa + foi autor e a Universidade ré*, 492v-494v (Craveiro 2002, 12-13).

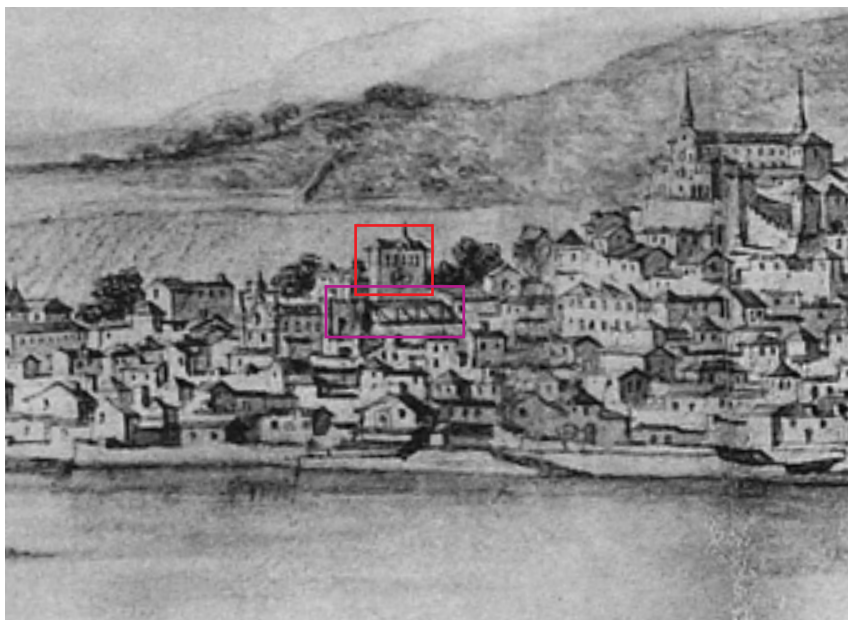


Fig. 12 – Pormenor da vista de Pier Maria Baldi (1668-1669) (imagem cedida pela BNP). A torre assinalada a vermelho e, a roxo, a igreja do mosteiro de Santa Cruz.

<sup>26</sup> Em face da informação sobre estes tesouros, Jorge de Alarcão afirma ser “tentador relacionar estes tesouros com o erário régio que D. Afonso Henriques confiou à guarda dos priores de Santa Cruz” (Alarcão 2008, 170). Mas, em face dos dados que agora se apresentam sobre o tesouro descoberto em 1539, julgamos poder afirmar uma outra origem, relacionada, directa ou indirectamente, com a batalha do Salado (1340), que originou a irrupção nos mercados cristãos, nomeadamente os peninsulares e o francês, de uma grande quantidade de metais preciosos e de moedas nasridas.

<sup>27</sup> Terão sido, eventualmente, estas moedas recolhidas na inspecção de Fr. Brás observadas por D. Vicente que as desenhou esquematicamente como vimos atrás.

-se, ainda, o remate pinacular central da torre e o relógio sugerido por um largo círculo desenhado sob os arcos sineiros.

Conta-nos D. José de Cristo «que esta torre antes que lhe acrescentassem as casas dos sinos tinha ameias como as outras que estão junto dela o que tudo era cousa de guerra e defesa» (BPMP – Santa Cruz 15B, fl. 271v). O carácter militar deixara, pois, de ser uma necessidade premente e, em 1539, quando se achou o tesouro, a torre mudara, pois, a referência militar para a civil, dando as horas à freguesia de S. João e oferecendo pousada a servidores e hóspedes.

## O interior da torre. Os desenhos quinhentistas

Do interior, o único dado conhecido até hoje dizia respeito à disposição por «três andares de sobrados e em cada andar tem muitas casas grandes e boas» (*O mosteiro...* 1914, 33). Com o processo do tesouro, acrescenta-se alguma informação mais detalhada, embora sobretudo respeitante à casa das necessárias, dado ter sido aí o local onde Aleixo de Figueiredo alegou ter sido descoberto o tesouro. Situada a 8 ou 10 metros do chão, sobre a torre maciça e sem outros pisos abaixo, a casa das necessárias é dada, nas diversas alegações, como uma sala suja, iluminada e ventilada por três vãos, de paredes «de mais de oito ou dez palmos de largo» de «cantaria antiga grossamente lavrada e mal junta, em modo que as pedras por o vivo da parede não ajuntam umas com as outras» (ANTT – MSCC, PD 19, fls. 15, 33v). As peças do tesouro estariam soltas num buraco por detrás de uma pedra, a 14 palmos de altura, de uma das paredes, que pegava com a do tabique da necessária. Cada piso teria cerca de 3,6 metros de altura e acima da sala da necessária ficava uma outra «casa sobradada e bem ladrilhada».

Havia razões legítimas para acreditar que a torre era lugar de entesouramentos antigos, onde, para além do achado por Aleixo de Figueiredo, quarenta anos antes um cônego achara perto da torre «uma panela com boa quantidade de moedas . de ouro antigas e assim depois haverá ora sete anos ou o tempo que vier em verdade . achou um familiar do dito convento [...] uma moeda antiga em uma casa pequena que está na dita torre» (ANTT – MSCC, PD 19, fl. 4v)<sup>26</sup>. Para além do mais, Fr. Brás de Barros, logo após a notícia da descoberta em Janeiro de 1540, deslocara-se à sala das necessárias onde ainda acharia sete ou oito moedas caídas no chão, deixadas pelo colegial<sup>27</sup>.

A confissão do réu, o testemunho de Fr. Brás e as provas relativas à datação das moedas e às dependências da torre deveriam ser suficientes para a restituição do tesouro ao mosteiro, mas não foram, procedendo-se ainda à inspecção ordenada pelo Desembargo do Paço. As alegações dos procuradores de Sua Majestade discriminavam diversas impossibilidades: as características da cobertura e do tabique da

casa das necessárias permitiriam perceber a existência do tesouro a partir de outras salas por qualquer pessoa atenta; as obras na torre decorridas anos antes (construção de uma chaminé e reparo dos sobrados), por sua vez, teriam facultado o acesso à casa das necessárias e a observação das suas paredes por oficiais e serventes. O mosteiro contraria, evidentemente, estas alegações, negando quaisquer obras, mas, como tivemos oportunidade de observar atrás, em 1522 avançara-se com o reparo da torre e em 1530 aí se construía o campanário de Diogo de Castilho... Numa última tentativa de provar as “evidências”, Santa Cruz junta ao processo dois desenhos (30 × 20,2cm): uma planta da área da torre onde se situavam as necessárias e uma notável representação em perspectiva da dita sala (Figs. 13 e 14). O desenho à pena transcreve minuciosamente sobre o papel a perspectiva de um espaço cúbico, mostrando o piso, a cobertura e todos os alçados, à excepção daquele de onde se tira a vista, justificando: «e porém para se ver de dentro, não se podem figurar mais que três paredes». O sentido da perspectiva é dado pelos sombreados e pelo alinhamento da cantaria, com as diagonais convergindo para um ponto imaginário no centro da representação. Além de alguns desacertos destas diagonais, há uma evidente transgressão ao rigor perspético na janela à direita ao ser representada de frente, procurando sublinhar a existência e configuração do vão. Nota-se, aliás, alguma indecisão no traço, mais carregado e menos seguro da forma, como se de uma adição posterior ou correcção se tratasse. Contudo, não é descurada a pormenorização dos materiais construtivos ou de aspectos de degradação da sala, revelando assim vontade de precisão a partir do trabalho das sombras. Na verdade, à primeira vista torna-se difícil reprimir a sensação de estarmos perante um instante fotográfico, pelo que não se trata, pois, de uma simples redução esquemática na tradução da realidade.

Na imagem, encontram-se representados os principais elementos que provam ser o local do achado: a cavidade onde estava o tesouro; a necessária com o tabique da conduta a eixo, muito próxima do buraco; o releixo onde poderiam ter caído as moedas; o piso coberto de terra que ocultaria alguns numismas caídos; o trajeamento e sobrado da cobertura, sólidos, que não permitiriam ver esta sala do piso superior. Em boa verdade, este desenho constitui a transposição para imagem dos relatos de Aleixo de Figueiredo e do mosteiro acerca da torre onde se achara o tesouro. É, ainda, complementado por legendas que confirmam a identidade dos elementos arquitectónicos, utilitários e materiais da divisão e acrescentam informação prática sobre opções da figuração<sup>28</sup> e aspectos não representáveis, tais como a orientação espacial, medidas e dimensões e outros dados relativos à torre. Destinado a ser “lido” como verosímil representação da realidade tal como se apresentava, não guarda subjacente qualquer intenção artística, sendo mais uma imagem prática que pretende ser eficaz, com o apoio do sistema de anotação que confirma a sua correcta “leitura”.

A planta, por sua vez, contextualiza a casa das necessárias na torre dos sinos, com o muro exterior voltado para Montarroio. Embora restrita a uma área parcial, é rica em pormenores sobre o aproveitamento do espaço interior e sobre a

<sup>28</sup> «Esta parede e assim as outras desta casa estão guarnecidas por cima da cantaria com cal. E porém para se melhor mostrarem em este debuxo as três quadras se pintou a cantaria». ANTT – MSCC, PD 19, fl. 37.

<sup>29</sup> Uma destas casas é identificada como os aposentos do jerónimo Fr. Urbano (dado como testemunha no processo), antecedida por uma sala com as escadas de acesso (antecâmara?). Entre a parede exterior da torre e as salas, dispunham-se dois corredores paralelos divididos por uma segunda parede. Para além da casa das necessárias e das duas salas mencionadas, existiriam mais duas “casas”, conforme a legenda do desenho: «E porem esta casa [das necessárias] tem toda esta altura maciça e cheia e o que não tem alguma das outras casas desta torre, que são quatro». Quanto às instalações utilitárias, anota-se, para além das necessárias, a existência de um poço ou cisterna, aliás discutida no processo.

<sup>30</sup> Em 1531 é nomeado mestre de obras do mosteiro de Santa Cruz, e até 1559 foi recebedor de rendas, ano em que abdica do cargo no seu filho Jerónimo de Castilho e assume a posição de vereador da Câmara de Coimbra. Dez anos depois seria destituído da vereação por supostos favorecimentos do mosteiro, lugar onde, aliás, acabaria por ser sepultado. Estes e outros dados sobre a biografia de Diogo de Castilho encontram-se coligidos e estudados mais recentemente em Craiveiro 1993 e 2002; Dias 1982; Lobo 2006.

<sup>31</sup> ANTT – MSCC, PD 19, fls. 53-58v.

circulação na torre. Constitui, por isso, um valioso documento a partir do qual se podem estudar as divisões internas e a organização das “casas” principais e utilitárias de uma torre medieval<sup>29</sup>, para além de esclarecer a disposição e configuração dos vãos iluminantes e a situação das escadas de acesso entre pisos. Tal como o desenho, a planta é acompanhada por uma escala (petipê) para medição correcta dos espaços.

O rigor do levantamento planimétrico e a utilização da perspectiva são indícios claros de um autor instruído nas ciências da geometria e da arquitectura. Apesar de alguns membros da comunidade praticarem as artes visuais, com «exercícios de mãos que faziam muito perfeitamente, de pintar, escrever, debuxar, e iluminar» (BPMP – Ms. 175, fl. 173), estas teriam a sua maior aplicação nos ofícios do livro manuscrito, no *scriptorium* de longa tradição medieval. As duas perspectivas quinhestistas denunciam algo distinto, o conhecimento e domínio prático do debuxo arquitectónico.

Neste sentido, parece-nos uma possibilidade forte a sua atribuição ao arquitecto Diogo de Castilho, a trabalhar intensamente no mosteiro de Santa Cruz desde 1519, cuja actividade em Coimbra tem sido objecto de aprofundados estudos<sup>30</sup>. No decurso deste período, uma das obras à sua responsabilidade foi, como vimos, a do acrescentamento da torre dos sinos, que lhe terá permitido conhecer bem o edifício em causa, a ponto de poder desenhar a sua planta de maneira expedita e rigorosa, talvez até com base em levantamentos prévios da dita intervenção. Para além do mais, este arquitecto, que atingira um lugar de responsabilidade no mosteiro e junto do rei – que o nomeia mestre dos Paços Reais em 1524 e do mosteiro em 1531 –, é dado, em 25/1/1540, como recebedor e procurador do mosteiro no feito do tesouro, sendo enviado, com o tabelião, aos licenciados e ao corregedor do Desembargo do Paço para apresentação de requerimentos<sup>31</sup>. Os cargos de arquitecto e de recebedor e procurador do mosteiro são provas das suas capacidades e da confiança outorgada pelos Crúzios, pelo que não seria de estranhar que fosse incumbido da tarefa de debuxar uma prova de eloquente feição a juntar ao processo.

Pode até argumentar-se que o desenho e planta não serão debuxos originais do arquitecto, mas consideramos, em todo o caso, serem cópias minuciosas executadas para integrar o processo arquivado no mosteiro. No verso do documento indica-se o seguinte: «estes dois papeis ou debuxos são para dom Francisco ver e praticar se cumprir | e somente se acostará ao feito o outro que não leva mais debuxado que a monte» (ANTT – MSCC, PD 19, fl. 36v). Por aqui se depreende que as ilustrações aqui dadas a conhecer serviram a adequada preparação da argumentação pelos cónegos e que uma delas – a da perspectiva da casa das necessárias (a “montea”) – foi realizada em duplicado, a fim de ser enviada para o Desembargo do Paço. Independentemente de certezas absolutas sobre a identidade do autor dos debuxos, estes dois documentos atestam a consagração do desenho como prática costumada e enraizada nas esferas da relação entre o mosteiro e o monarca. Recordemos a troca de correspondência entre D. João III e Fr. Brás de Barros, para





a qual o arquitecto Diogo de Castilho serviu tantas vezes de fiel intermediário e favorito interlocutor. Nas cartas que se sucedem entre 1531 e 1537, o monarca refere-se à execução e estudo de desenhos de diferentes obras, afirmando ter visto debuxos, mostras, ordenações<sup>32</sup>. Fórmulas visuais de um testemunho ocular, os desenhos da torre de Santa Cruz constituem, hoje, raros vestígios, importantes enquanto documentos oficiais de um processo judicial, e factos artísticos fornecendo dados sobre um edifício desaparecido e sobre o uso da perspectiva e da prática do desenho à vista.

## Considerações finais

Com o desenho se provaria definitivamente o local do achamento do tesouro. Testemunha-o a sentença final dada em Dezembro de 1543<sup>33</sup>. A decisão, foi, todavia, contrária aos interesses do mosteiro e da duquesa de Bragança<sup>34</sup>, acabando os «cinco contos oitocentos oitenta e oito mil cento sessenta e três reis» que se conseguiram arrolar (menos de metade dos 30 mil cruzados previstos) por reverter para o rei e para Aleixo de Figueiredo, em partes iguais<sup>35</sup>. No traslado da sentença não se nomeiam as razões da decisão, mas terá tido certamente um peso decisivo a vontade de D. João III.

No final do processo, com todas as contradições, o rei alcança assim privar os Cónegos do tesouro. Dois anos depois, Santa Cruz vê-se gravemente desfalcado no seu património com a transferência das rendas do extinto priorado-mor para a Universidade e para os novos bispados de Leiria e Portalegre, também por diligências do monarca junto do Papa<sup>36</sup>. Em 1547 – uma década após a mudança da Universidade para Coimbra que arruinou a hegemonia dos Crúzios no ensino superior na cidade –, D. João acaba por solicitar os edifícios dos colégios de S. Miguel e de Todos-os-Santos recentemente edificadas para instalação do colégio das Artes. Se D. João III se interessara profundamente pela reforma espiritual e renovação material e artística do mosteiro de Santa Cruz, ao mesmo tempo foi-lhe cerceando o poder que de tempos imemoriais detinha. E o desfecho do caso do tesouro é também disso prova. Dizia-se que esta amarga memória deixada pelo “o Piedoso” nos Crúzios fez com «que, por represália, nas exéquias do referido Rei nunca tocassem o sino grande» (Magalotti 1933).

O processo do tesouro da torre dos sinos ficou para sempre registado na memória dos Cónegos Regulares: desde logo em 1540 na *Descripçam* de D. Francisco de Mendanha e nas *Memórias* de D. Vicente (1545) até aos manuscritos de D. José de Cristo e à Crónica de D. Nicolau de Santa Maria do século xvii. A miragem de uma enorme riqueza que esteve sempre nos limites do mosteiro e cuja oportunidade escapou aos Crúzios por entre os dedos; a demanda nos tribunais contra D. João III e D. Isabel de Bragança que, apesar de todas as provas, se lhes revelou desfavorável; são acontecimentos singulares que ainda hoje prendem a nossa atenção.

<sup>32</sup> 8/5/1531: D. João III responde a Fr. Brás dizendo que viu o debuxo das obras que estavam ordenadas no mosteiro, e lhe levava Diogo de Castilho; 20/2/1535: «vi a mostra que de tudo me trouxe Diogo de Castilho» [sobre os colégios], 17/4/1535: «Eu vi o debuxo da ordenação do colégio que trouxe Diogo de Castilho [...] mandei fazer outra ordenança em que fica a obra lançada mais abaixo para a cidade [...] como vai em o debuxo que leva Diogo de Castilho. Vede o e praticai ambos nisso [...]»; 9/2/1537: 727: «[...] vi a carta que me escreveste com o debuxo que me enviaste dessa obra [...] para os estudos [...] Eu vos envio o debuxo da obra das ditas escolas segundo tenho assentado que se façam. e assim uns apontamentos em que vai declaração da largura e altura das paredes e grandura dos portais e de tudo o mais que por eles vereis. Encomendo-vos muito que logo mandes começar a dita obra pelo dito debuxo e instrução dos ditos apontamentos [...]». Cartas dos reis 1888-1889: 445, 579, 581-582, 727. Sobre a relação do desenho com a prática da arquitectura em Portugal no século xvi ver o estudo monográfico Bueno 2001.

<sup>33</sup> ANTT – MSCC, PD 19, fl. 67.

<sup>34</sup> Os Cónegos terão recorrido da sentença pouco tempo depois, discutindo argumentos para reaver o tesouro, conforme denota uma carta de Fr. Brás para o mosteiro datada de c. 1545. *Cartas de Frei Brás...* 1937, 171. Em 1558 e 1562, já após a morte de D. João III, o assunto ainda estava por resolver, havendo registos nas actas dos capítulos de Santa Cruz de cartas de D. Isabel de Bragança sobre o seu direito no tesouro, instigando a demanda. *Actas...* 1946, 15-16 e 63.

<sup>35</sup> O traslado da sentença é acompanhado de uma «Conta do dinheiro que achou Aleixo de Figueiredo na torre de Santa Cruz de Coimbra de que pertence a el Rei nosso senhor a metade e a outra metade ao achador por sentença.», assinado pelo contador António Fialho, que servia o contador-mor Baltasar de Faria. ANTT – MSCC, PD 19, fls. 68-72. O arrolamento feito das moedas e peças de ouro acabou por somar 5.888.163 reis, ou seja 14.720,40

cruzados, considerando que, pelo documento, 1 cruzado valia 400 reis. Tendo em conta que cada moeda foi avaliada, pela sentença, em 500 reis, o tesouro seria constituído por milhares de moedas e algumas peças de ouro avulsas. Por este documento ficamos a conhecer, igualmente, o destino dado às moedas por Aleixo de Figueiredo antes de ser preso, e depois pelo rei. D. João III, das moedas que lhe couberam, teve despesas com o processo e concedeu mercês a Bento Banha e Amador Leitão (no valor de 8.000 reis cada) e a D. João de Barros (189.600 reis), este último na altura feitor da Casa da Índia (1533-1567) e desembargador do Paço (1534) que arrecadara nas arcas da Casa da Índia as somas que se iam colectando do tesouro.

<sup>36</sup> *Documentos...* 1938. Da mesa do priorado-mor só as rendas de Santa Maria de Leiria foram estimadas em um milhão de réis. Gomes 2005, 27.

Em particular, pela miríade de pormenores de que se reveste o processo e pelos elementos materiais sobre os quais se estrutura: um tesouro fabuloso e antigo cuja origem permanece um mistério; a desaparecida torre de Santa Cruz, marco simbólico da história medievla do mosteiro; e dois raros desenhos atribuíveis ao arquitecto renascentista Diogo de Castilho. ●

## Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo

– Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Pasta de documentos 19.

Biblioteca Pública Municipal do Porto

– Ms. 175, *Memorias Varias de D. Vicente*, 1545.

– Santa Cruz 15B [antigo Ms. 99] – *Fragmentos das Chronicas de Santa Cruz de Coimbra*, em 1623.

## Fontes Impressas e Bibliografia

*Actas dos capítulos do Mosteiro de Santa Cruz*. 1946. Publ. por Mário Brandão. Coimbra: Publicações do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra.

ALARCÃO, Jorge de. 2008. *Coimbra: a montagem de um cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

ARAGÃO, A. C. Teixeira de. 1964. *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado. vol. I.

AZEVEDO, Carlos de. 1969. *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa: Livros Horizonte.

BRANDÃO, Mário. 1924. *O colégio das Artes*. 1.º vol.: 1547-1555. Coimbra: Imprensa da Universidade.

BUENO, Beatriz. 2001. “De quanto serve a Ciência do Desenho no serviço das obras del-rei”. *Actas do Colóquio Internacional “Universo Urbanístico Português 1415-1822”*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 267-281.

*Cartas de Frei Brás de Braga para os priores do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Public. Mário Brandão. 1937. Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XIII. Coimbra: Imprensa Académica.

«Cartas dos reis e dos infantes». Introd. e public. J. C. Aires de Campos. 1888-1889. *O Instituto: Revista científica e litteraria* II Série, vols. 36-37. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CHICÓ, Mário Tavares. 1968. *A arquitectura gótica em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos. 1990. *Diogo de Castilho e a arquitectura da Renascença em Coimbra* [policopiado]. Coimbra: [Faculdade de Letras]. Dissertação de Mestrado.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos. 2002. *O Renascimento em Coimbra: modelos e programas arquitectónicos* [policopiado]. Coimbra: [Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]. Tese de Doutoramento.

CORREIA, Vergílio; Gonçalves, A. Nogueira. 1947. *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.

DIAS, Pedro. 1982. *A arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a renascença*. Coimbra: EPARTUR. Tese de Doutoramento.

*Descripçam e debvx do moesteyro de sancta Cruz de Coimbra* [1541]. Introd. I. S. Révah. 1957. Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Vol. XXIII. Coimbra: Coimbra Editora, L.<sup>da</sup>.

*Diário de Coimbra: Jornal regionalista da manhã, defensor dos interesses das Beiras*. 3-6 Janeiro 1935. Coimbra: J. S. Varela.

“Dinheiro achado em Santa Cruz”. *O antiquario conimbricense* 7 (Janeiro 1842). Coimbra: na Imprensa da Universidade.

*Documentos de D. João III*. Publicados por Mário Brandão. 1938. Coimbra: Universidade de Coimbra. Vol. II.

GOMES, Saúl Antônio. 2000. “Cónegos Regulares de Santa Cruz”. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. I: 435-38.

GOMES, Saúl Antônio. 2005. “O priorado crúzio de Santa Maria de Leiria do século XII à criação da diocese”. *A catedral de Leiria: história e arte*. Coord. Virgolino Ferreira Jorge. Leiria: Diocese de Leiria-Fátima.

GONÇALVES, Antônio Nogueira. 1980. “A torre de Santa Cruz de Coimbra”. *Estudos de história da arte medieval*. Coimbra: EPARTUR.

GRIERSON, Philip. 1976. *Monnaie du Moyen Age*. Fribourg: Office du Livre.

HAUPT, Albrecht. 1986. *A arquitectura do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. 218.

LOBO, Rui. 2006. *Santa Cruz e a Rua da Sofia*. Arquitectura e urbanismo no século XVI. Coimbra: E|d|arq.

MAGALHÃES, Raquel. 2008. *Viagem de Cosme de Médicis a Coimbra no século XVII*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra – Departamento de Cultura/Divisão de Museologia.

MAGALOTTI, Lorenzo. 1933. *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)*. Edición y notas por Angel Sánchez Rivero y Angela Mariutti de Sánchez Rivero. Madrid: Sucesores de Rivadeneyra.

MORAIS, Cristóvão Alão de. 1943. "Título de Veigas". *Pedatura Lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)* [1667]. Porto: Livraria Fernando Machado. 191-209.

*O mosteiro de Sancta Cruz de Coimbra: anotações e documentos*. Publ. Sousa Viterbo. 1914. 2.<sup>a</sup> ed. corrigida e aumentada. Coimbra: Imprensa da Universidade.

PACHECO, António da Costa. 1938-1939. "Relação das Couzas Notáveis da Cidade de Coimbra" [1758]. Publ. por A. G. da Rocha Madahil. *Arquivo Coimbrão* Vol. IV. Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra. 209-213.

«Restauração dos monumentos de Coimbra». *Arte e Arqueologia* Ano II, 3 (1933): 66-67. Coimbra: Imprensa da Universidade.

ROSSA, Walter. 2001. *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade* [policopiado]. Coimbra: [Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra]. Tese de Doutoramento em Arquitectura.

SANTA MARIA, Nicolau de. 1668. *Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*. Lisboa: officina Joam da Costa. Vol. II.

SANTOS, Cândido dos. 1973. *Estudantes e constituições dos colégios de Santa Cruz de Coimbra (1534-1540)*. Separata da *Revista da Faculdade de Letras* Vol. IV. Porto: Faculdade de Letras.

ENGEL, Arthur; SERRURE, Raymond. 1964. *Traité de numismatique du Moyen Age*. Bologna: Arnaldo Forni.

SILVA, José Custódio Vieira da Silva. 2003. *Paços medievais portugueses: caracterização e evolução da habitação nobre (séculos XII a XVI)*. Lisboa: [Universidade Nova de Lisboa]. Dissertação de Doutoramento em História da Arte.

VIVES Y ESCUDERO, Antonio. 1893. *Monedas de las dinastías árabe-españolas*. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Fortanet.